

Machado, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica

## **Intervenção Psicossociológica, Método Clínico, de Pesquisa e de Construção Teórica**

### **Psychosociological Intervention, a clinical method of research and theoretical construction**

Marília Novais da Mata Machado<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O artigo propõe-se responder às questões: O que é Psicossociologia? O que é intervenção psicossociológica. De onde surgiram esses termos? Apresenta uma história breve do aparecimento dessas noções e das práticas clínicas, de pesquisa e de construção teórica envolvidas, acentuando o caráter coletivo dessa criação teórica, prática e metodológica. Discorre sobre a intervenção psicossociológica no Brasil, especialmente em Minas Gerais, aponta o lugar cada vez maior da análise discursiva e da consideração da linguagem nessa prática e, finalmente, discute o estatuto científico do método.

**Palavras-chave:** psicossociologia; intervenção psicossociológica; clínica; pesquisa; construção teórica.

#### **Abstract**

This article intends to answer the questions: What is Psychosociology? What is psychosociological intervention? Where do these terms come from? It introduces a brief account concerning the appearance of these notions and of the involved clinical practices, researches and theoretical construction, focusing on the collective character of this theoretical, practical, and methodological creation. It discusses the psychosociological intervention in Brazil, especially in Minas Gerais, points out the increasingly larger space occupied by the discursive analysis and by language consideration in this practice and, finally, discusses the scientific rules of the method.

**Keywords:** psychoociology; psychosociological intervention; clinical practice; research; theoretical construction.

---

<sup>1</sup> Professora visitante nacional sênior (Capes). Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip). Universidade Federal de São João Del Rei, Campus Dom Bosco. Endereço para correspondência: Praça Dom Helvécio 74, Salas 2.09 e 2.10, São João Del Rei, MG, CEP: 36301-160. Endereço eletrônico: marilianmm@gmail.com.

Machado, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica

O que é, afinal, psicossociologia? E intervenção psicossociológica? Uma resposta, um tanto esquemática, mas elucidativa, para a primeira questão é que se trata da psicologia social com fundamentação na psicanálise, ou seja, uma disciplina científica que espelha, teórica e metodologicamente, as disciplinas mães, sendo, portanto, simultaneamente, clínica do social, processo de pesquisa e de construção teórica. Nesse sentido, é quase sinônimo, também, de intervenção psicossociológica, as duas noções se distinguindo apenas pela ênfase maior que cabe à prática no momento em que a intervenção é feita. Ambas são construídas por meio de escuta e análise de demandas de ajuda, entrevistas, análises de discursos, interpretações, devoluções, observação, reflexões, criação coletiva de conceitos e de articulações teóricas que, por sua vez, atuam sobre novas escutas, observações, intervenções, teorizações.

### Origens da Intervenção Psicossociológica

De onde surgiram a psicossociologia e a intervenção psicossociológica? Os teóricos e práticos que privilegiam a denominação sociologia clínica (outro quase sinônimo) traçam a origem na Escola de Chicago do início do século XX, quando ocorreram as primeiras experiências de “cidade como laboratório” (Peneff, 1990) e onde se discutiu o estatuto científico da ciência aplicada, produzida em situação natural de vida real, versus ciência pura, feita no ambiente artificial e controlado do laboratório.

Outros privilegiam como acontecimento fundador a pesquisa-ação de Kurt Lewin (1948a, 1958) e seus discípulos, que elaboraram, nos Estados Unidos, um dispositivo de “engenharia social” (Lewin, 1948a, p. 205-206), em que se buscou, de um lado, solucionar problemas sociais de minorias, comunidades, escolas, sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores e órgãos do Poder Público, por meio de procedimentos de mudança planejada de condutas e atitudes individuais e, de outro lado, produzir conhecimento, buscando as leis gerais da vida social, usando como método o experimento de campo.

Mas nem a Escola de Chicago nem a pesquisa ação, embora atuantes em ambiente natural, com vistas a solucionar problemas sociais e, no mesmo ato, teorizar, se articularam à psicanálise. Assim, o principal acontecimento inaugural da intervenção psicossociológica talvez tenha sido a socioanálise, desenvolvida por pesquisadores do *Tavistock Institute of Human Relations*, Inglaterra, especialmente o

trabalho de mudança organizacional desenvolvido por Jaques e sua equipe na fábrica *Glacier Metal Company* (Jaques, 1952, 1955). Dada a importância fundamental dessa intervenção, a metodologia adotada nela será brevemente descrita.

Em primeiro lugar, a equipe foi influenciada por contribuições da psicoterapia, particularmente pela psicanálise de Mélanie Klein. A intervenção incluiu, na primeira fase (1948-1950), um estudo geral da fábrica (satisfação no trabalho, salário, funcionamento de grupos de trabalho, competidores no mercado, características da comunidade local etc.), uma descrição detalhada dos acontecimentos que ocorriam em seus diferentes setores (reuniões com representantes de pessoal; estudo dos diversos departamentos da fábrica), a organização de um histórico da fábrica para conhecer fatores de perturbação na evolução anterior, a análise do conjunto da sua organização social (estrutura e funcionamento dos escalões mais altos, sistema de representação de pessoal, hierarquias, sistemas de remuneração). Na segunda fase (que durou 18 anos, de 1950 a 1968), Jaques e sua equipe tornaram-se consultores permanentes.

Seus instrumentos de intervenção, pesquisa e teorização se mantiveram os mesmos: levantamentos de informação sobre a história e vida da organização, feitos por meio de entrevistas e discussões individuais e grupais que eram cuidadosamente anotadas e revistas, incluídas em relatórios maiores e levadas às reuniões, exame de documentos, análise das pessoas no exercício de seus papéis, observação de grupos naturais, devolução sistemática de informações, em assembleias e reuniões habituais de trabalho, dando oportunidade aos membros da organização de se ouvirem, teorizações sobre a organização social que incidiam sobre novos levantamentos de informação, observações e análises.

Muitas das idéias norteadoras da intervenção de Jaques e colaboradores persistem nas práticas atuais, sobretudo princípios como o de não trabalhar apenas para a direção, nem para os trabalhadores, nem em proveito de um único grupo, mas colaborar com a empresa como um todo, ter independência em relação a todos os grupos e resistir a pressões exercidas sobre a equipe de práticos, tornar públicos os dados recolhidos, considerar todas as sugestões voltadas para um funcionamento melhor da organização; manter relações formais com os membros da fábrica.

O papel de observadora, ouvinte e analista mantido pela equipe permitiu chegar a afirmações teóricas (Jaques, 1955) como: instituições podem ser

Machado, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica

usadas por seus membros para reforçar mecanismos individuais de defesa contra a ansiedade, particularmente contra o aparecimento de ansiedades depressivas e paranóicas (que se manifestariam nas rivalidades, hostilidades, suspeitas etc.); as instituições têm outras funções, como dar expressão e gratificação a impulsos libidinais através de atividades sociais construtivas e fornecer oportunidades sublimatórias criativas. Dificuldades relacionadas às mudanças podem ser vistas como resistências, pois mudanças nas relações sociais ameaçam afetar as defesas sociais contra a ansiedade psicótica.

Ainda na década de 1950, as práticas e teorizações de Jaques tornaram-se conhecidas na França, levadas por L. Herbert, um membro da equipe do *Tavistock Institute of Human Relations* (Dubost, 2001, p. 179). Nesse país, ganharam corpo, adeptos, novos teóricos. Ironicamente, como observa Amado (2001), depois de cinco décadas nas quais Jaques foi um mito para os psicossociólogos franceses, justamente por causa da introdução da psicanálise no estudo das organizações, ele foi “redescoberto”, em 1997, adotando postura positivista, desaconselhando o uso da psicanálise para o trabalho com as organizações, privilegiando abordagens normativas e cognitivas, opondo psicossociólogos clínicos a consultores organizacionais.

Mas, na França, a intervenção psicossociológica continuou a se desenvolver, num trabalho coletivo, com posteriores desdobramentos na Itália, Canadá, Rússia e Brasil, entre outros países. Entre os primeiros teóricos e práticos estão Max Pagès, Jean-Claude Rouchy, André Lévy, Eugène Enriquez e Jean Dubost.

Nos anos 60 (séc. XX), a intervenção psicossociológica recebe uma influência de origem brasileira de grande importância para sua elaboração teórico-metodológica: a pesquisa participante de Paulo Freire abre possibilidades para o trabalho em meios abertos: como comunidades e populações que passam a ser vistas como protagonistas da prática e agentes de mudança.

Em 1971, no Instituto de Educação de Adultos de Dar-es-Salaam, Tanzânia, Freire fez uma palestra oral, posteriormente transformada no artigo intitulado *Criando métodos de pesquisa alternativa* (Freire, 1983), em que argumenta que o problema metodológico mais premente é saber em que consiste a *realidade concreta*, adiantando que essa não se limita a fatos e dados, mas inclui, também, a percepção que a população implicada na pesquisa tem

desses fatos e dados. Ele critica a suposta neutralidade da ciência, a forma pura de pesquisa:

É possível que certos cientistas sociais do Primeiro Mundo digam que, na medida em que o povo participe em investigações em torno de si mesmo estaremos estragando ou prejudicando a cientificidade da pesquisa. É que, segundo eles, esta presença popular não permite que os achados da pesquisa se apresentem em “forma pura”. O que ocorre, porém, é que, quando os mesmos cientistas sociais que fazem estas afirmações em torno da “pureza” dos achados estão trabalhando nos resultados de suas pesquisas, não podem evitar a interferência de sua subjetividade na interpretação que fazem. Como não podem evitá-la no momento mesmo em que “desenham” a pesquisa. (Freire, 1983, p. 37)

Freire introduz na sua prática a discussão da subjetividade, analisa a demanda e o saber dos grupos e organizações, propõe que a investigação e a ação sejam geridas pelo coletivo formado pela equipe e pelos interessados, está atento a questões como implicação do pesquisador, relação de colaboração e de ajuda. Tudo isso está assimilado pela psicossociologia e por sua prática, a intervenção psicossociológica. Em muitos aspectos, o método de Freire se distancia da pesquisa-ação de Lewin, que trabalhava com grupos artificiais, que tomava unilateralmente as decisões de pesquisa, que pensava na transformação social numa e apenas numa direção, estabelecida *a priori*, por quem encomendava a pesquisa (Machado, 2002).

### **Intervenção Psicossociológica, uma Criação Coletiva**

É praticamente impossível, num pequeno artigo, prestar tributo a todos os grupos, associações, centros e psicossociólogos práticos atuantes, desde os anos 1950, na construção compartilhada da psicossociologia.

Por isso, a opção aqui adotada é colocar o foco sobre o Brasil, assinalando o trabalho de alguns que tiveram importância instituinte para a criação da disciplina, em especial, em Minas Gerais, pois um marco fundador desse desenvolvimento pode ser colocado na UFMG.

Em 1968, Célio Garcia, cumprindo promessa feita dez anos antes, convida Max Pagès para realizar seminários de dinâmica de grupo em Belo Horizonte. O termo intervenção psicossociológica acabava de ser

Machado, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica

criado, justamente por Pagès, e cobria práticas influenciadas pelo não-diretívismo rogeriano e por uma certa crítica à psicanálise que absorvia, no entanto, afetividade, subjetividade, escuta atenta. Do ponto de vista do cuidado metodológico, havia o registro meticuloso de sessões de intervenção, feito por observadores, como pode ser visto na tese defendida por Pagès (1968), naquele ano, e mais tarde traduzida para o português (*A vida afetiva dos grupos*). O papel problemático da observação, que exigia a presença no grupo de estranhos silenciosos que se tornavam objetos de numerosas fantasias, foi assunto de muitas discussões, de interesse metodológico. Hoje, essa figura do puro observador está descartada.

No ano seguinte, 1969, o convidado é André Lévy, que traz uma gama ampla de leituras de textos de Jean Dubost, Jean-Claude Rouchy, Eugène Enriquez e dele próprio. O vocabulário, então, está mais próximo à psicanálise (transferência, resistência etc.), há uma forte postura estruturalista, os clientes são organizações, incluindo empresas. Os primeiros protocolos de intervenções podem ser consultados, cobrindo organizações como hospital psiquiátrico, empresas particulares e públicas (de gás e de eletricidade), assim como as primeiras descrições de procedimentos metodológicos, destacadamente a entrevista, procedimento que se mantém sempre forte até os dias atuais.

Em 1972, vem a missão de George Lapassade, que traz na bagagem a metodologia da análise institucional, aparentada à observação participante etnográfica, mas lateral com relação à vertente da intervenção psicossociológica. Análise institucional e psicossociologia convergem, no entanto, no que diz respeito à importância atribuída à psicanálise, às relações de transferência e contratransferência, à análise da demanda, à apreensão do social em seu momento instituinte, à auto-gestão de grupos, organizações e comunidades. A missão de Lapassade tem impacto forte e duradouro, em Minas Gerais, inclusive sobre a reforma curricular do curso de Psicologia da UFMG que cria, em 1974, a disciplina Intervenção Psicossociológica que acaba sendo adotada, também, em outros cursos de psicologia de Belo Horizonte.

Um segundo marco que torna as relações França-Brasil na esfera da intervenção psicossociológica mais estreitas e contínuas é o convênio internacional Capes-Cofecub, envolvendo universidades brasileiras (UFMG, UFF e Funrei, atual UFSJ) e francesas (Universidades de Paris XIII, VII e X), preparado

entre 1985 e 1992, com o título inicial de *Formação de recursos humanos para intervenção em comunidades*, e atuante entre 1992 e 1995 sob o nome *Cooperativas e comunidades*.

Os objetivos do convênio eram formação e pesquisa. Propunha-se levantamento e análise dos trabalhos anteriormente realizados no Brasil, tanto em Minas Gerais como em outros estados, estudos comparativos de diferentes intervenções, definição de metodologias de intervenção e criação de instrumentos de avaliação.<sup>2</sup> A questão metodológica foi, desde o início, central.

O convênio promoveu, no Brasil, missões de André Lévy (out.1991), Eugène Enriquez (abr. 1992, 1993), Jean Dubost (nov. 1993), André Nicolai (nov.1994) e Jacqueline Barus-Michel (1995), com a contraparte brasileira de missões na França de Marília N. M. Machado (jun.1991), Lívia Nascimento (out.1992), José N. G. Araújo (jun.1993), Teresa Carreiro (set.1993), Elizabete Antunes Lima (dez.1994). Paralelamente, universidades francesas receberam professores do Brasil para doutorado. As experiências francesas e brasileiras foram compartilhadas, livros e artigos trocados, escritos e publicados, individualmente e em conjunto.<sup>3</sup>

As três realizações do Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica em Belo Horizonte (2005, 2007, 2009) são outros marcos e atestam o vigor do vínculo. O número de participantes no empreendimento de criação de práticas, pesquisas e construção teórica da intervenção psicossociológica se renova e amplia.

Paralelamente, a importância atribuída ao discurso e à linguagem ganha cada vez mais espaço. Segundo Lévy (2001a, p. 119), a partir de uma multiplicação de pesquisas utilizando a análise de discursos coletivos e a análise de interações linguísticas, inicialmente “com objetivos unicamente descritivos e de pesquisa”, a linguagem, cada vez mais, passa a ser vista “como lugar de produção e de transformação de estruturas e de relações sociais”, convergindo com a intervenção psicossociológica, ajudando a esclarecer processos de intervenção, fornecendo conceitos e métodos novos de análise.

<sup>2</sup> A fonte dessas informações é a correspondência entre as equipes francesa e brasileira do acordo Capes/Cofecub de abril de 1987.

<sup>3</sup> Entre os livros e capítulos, é possível citar: Dubost (1987); Enriquez (1992); Machado *et al.* (1994; 2001); Araújo e Carreiro (2001); Lévy (2001); Nascimento (2001); Machado (2004c), entre outros.

## Balço Metodológico

Tomando como ponto de partida analítico a “engenharia social” de Lewin (1948a), observa-se que a intervenção psicossociológica caminhou bastante como método, afastando-se, contudo, do lugar do saber e das decisões unilaterais do cientista-prático, indo na direção de procedimentos que ajudam a emergência do imaginário radical instituinte<sup>4</sup>, para usar uma linguagem cara a Enriquez (2001) e a Castoriadis (1987-1992).

Nesse sentido, uma intervenção psicossociológica tem êxito se chega à auto-alteração do agente principal, o cliente, e permite o aparecimento, reflexivo e deliberado, de um projeto autônomo, sempre instituinte e questionador, cabendo ao prático, não eliminar conflitos nem ensinar o sentido da vida, mas ajudar o cliente no processo de criar autonomamente novas formas coletivas e lúcidas de pensar, agir e viver.

### Mas isso é ciência?

A engenharia social procedia usando artefatos para chegar a seus resultados. Por exemplo, no conhecido experimento sobre clima grupal, descrito por Lewin (1948b), criava-se um clima democrático e outro autoritário, mantidas constantes outras variáveis, e observavam-se as respostas de crianças de 10 e 11 anos de idade a essas diferentes “atmosferas” grupais. As crianças não tinham escolhas, senão a de conviver com um líder democrático ou com um autoritário, como que dentro de um sistema fechado que se abre apenas para essas duas alternativas. Suas respostas, evidentemente, eram geradas de acordo com os climas. Nesse caso, pode-se dizer, em sintonia com a filósofa, química e historiadora das ciências Stengers (1990), autora de *Quem tem medo da ciência?*, que o artefato criava o resultado.

Diferentemente, a prática e a pesquisa engendradas na intervenção psicossociológica operam na realidade concreta de vida, isto é, num sistema aberto a uma “multiplicidade indefinida de

interações” (Stengers, 1983, p. 49). À intervenção pode-se aplicar o termo “operador” proposto por Stengers (1990), uma vez que ela permite observar e definir diretamente um objeto (um conjunto social singular, um fato psicossocial real) e, simultaneamente, agir sobre ele e mudá-lo, gerando, assim, evidências externas sobre o social que independem de um artefato.

Em seu livro, Stengers (1990)<sup>5</sup> afirma que o científico é “por definição matéria para *controvérsias*” (1990, p. 83) e, em entrevista concedida a Dosse (2005, p. 41), afirma que “o verdadeiro criador inventa o risco enquanto que o falso criador se contenta em imitar as outras ciências”. Ela chama a atenção para o fato de não haver fato sem linguagem interpretativa e que as controvérsias sempre recaem sobre a relação entre fato e interpretação. Enquanto os adeptos da ciência pura fazem tudo para depurar causas, controlar variáveis, eliminar o que possa interferir num fenômeno, a fim de que ele só fale uma língua e aceite só uma interpretação, chegando-se assim ao fato científico, os adeptos do estudo em situação real, tentam apreender os fenômenos em sua complexidade criando, para tanto, operadores.

Para Stengers, o cientista puro está sujeito a um “pesadelo”, o artefato: “Se podemos dizer que ele confundiu um fato com um artefato, podemos dizer que ele extorquiu um testemunho. (...) Se as condições de experimentação [são] condições que criam por si só o fenômeno, o fato não tem valor” (Stengers, 1990, p. 87).

Segundo ela (Stengers, 1990, p. 114), “Freud compreendeu perfeitamente a exigência de testemunhas fidedignas e de definição de uma operação que as crie”. A psicanálise empregou inicialmente a hipnose como operador que serviu para testemunhar a causalidade psíquica da histeria. Mas a hipnose decepcionou Freud, devido às dificuldades técnicas de produção de testemunhas fidedignas: lembranças sob hipnose podem ser falsas e o paciente pode resistir à verdade. Ora, é a verdade que permite desfazer sintomas e, ao mesmo tempo, produzir a verdade sobre eles.

A definição da cena analítica, centrada nas noções de transferência e de resistência, corresponde à tentativa de criar outro tipo de instrumento com a mesma ambição da hipnose, ou seja, a produção de uma testemunha fidedigna. Na cena analítica, a

<sup>4</sup> Noção formulada por Castoriadis (1987-1992) para acentuar a capacidade humana de engendrar autônoma, deliberada e coletivamente novas formas sociais, leis, linguagens, cultura, idéias, costumes, sem se enclausurar em formas heterônomas já instituídas; o imaginário radical instituinte não recalado, liberado, é responsável pelo fluxo de representações, afetos e desejos que constituem o campo da criação social-histórica.

<sup>5</sup> São retomados aqui, aproximadamente com as mesmas palavras, extratos apresentados anteriormente em Machado (2004b; 2004c).

neurose se transforma em neurose de transferência, "doença artificial", "de laboratório", purificada e, então, identificável. Enquanto a neurose comum, fato bruto, escapa à identificação, a de transferência está inteiramente centrada no analista. É uma cena fechada, que pode ser controlada pelo psicanalista, em que ele pode decifrar, a partir da transferência, o mecanismo neurótico. É uma operação de purificação semelhante à que permitiu à química "existir como ciência operatória" (Stengers, 1990, p. 121-123).

Freud confrontou-se com a questão do artefato, que corresponde ao risco de a testemunha não ser fidedigna, mas manipulada, produtora de um testemunho extorquido. Chega mesmo a uma "confissão de fracasso" (Stengers, 1990, p. 126), mostrando que a resistência é forte demais, o inconsciente cheio de recursos que frequentemente impedem o sucesso da análise. Mas, na altura de sua confissão, já produzira um aparelho conceitual em que convergiam pesquisa e cura e em que as aquisições da pesquisa lhe permitiam explicar os fracassos da terapia (Stengers, 1990, p. 127).

Tal qual a cena analítica, a intervenção psicossociológica, experiência clínica, configura-se como um operador. Permite a observação e a definição de seu objeto – o fato psicossocial – e produz eventualmente fatos que constituem testemunhas fidedignas da verdade psicossocial.

Como a cena analítica, a intervenção psicossociológica é uma situação "artificial", "de laboratório", pois sempre rompe com o cotidiano. Nela, o desenvolvimento de relações transferenciais entre o pesquisador e os atores é facilitado, a contratransferência e as resistências do pesquisador são objeto de análise, há a emergência dos processos inconscientes e de novos significados.

Enquanto se pode atribuir causas diversas a um fato observado no cotidiano, nas situações concretas de intervenção, não apenas é possível controlar e purificar os fatos psicossociais, mas sobretudo compreender o mundo tal qual é, e não tal qual gostaríamos que fosse (Lévy, 1991). A observação é então possível, sem que se instaure confusão entre fato e artefato.

Ao trabalhar com sujeitos concretos, vivos, exprimindo-se livremente, a intervenção psicossociológica cria fatos inteligíveis, "purificados". Permite a emergência de sentidos não preestabelecidos, mas construídos na situação de interação (e interlocução). Apóia-se em significações que os próprios atores descobrem, elaboram, colocam em discurso e que podem ser captadas por meio de

análise. As mudanças de sentido ao longo do processo, e que o legitimam, fazem falar a verdade da intervenção e a verdade do fato psicossocial. Dessa forma, diferentemente dos experimentos da engenharia social, o risco de o artefato extorquir fatos é minimizado na intervenção psicossociológica.

## Referências

- Amado, G. (2001). Do interesse da psicanálise para compreender as organizações: uma discussão com Elliot Jaques. In J. N. G. Araújo & T. C. Carreiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 221-230). São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Araújo, J. N. G. & Carreiro, T. C. (Orgs.). (2001). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Castoriadis, C. (1987-1992). Psicanálise e política. (R. M. Boaventura, Trad.). In C. Castoriadis, *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto / 3* (pp. 151-164). Rio de Janeiro: Paz e Terra (Obra original publicada em 1990).
- Dosse, F. (2005). *Le pari biographique. Écrire une vie*. Paris: Éditions de la Découverte.
- Dubost, J. (1987). *L'intervention psychosociologique*. Paris: PUF.
- Dubost, J. (2001). Notas sobre a origem e a evolução de uma prática de intervenção psicossociológica. In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia. Análise social e intervenção* (2ª ed., pp. 171-184). Belo Horizonte: Autêntica.
- Enriquez, E. (1992). *L'organisation en analyse*. Paris: PUF.
- Enriquez, E. (2001). O papel do sujeito humano na dinâmica social. In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia. Análise social e intervenção* (2ª ed., pp. 27-44). Belo Horizonte: Autêntica.
- Freire, P. (1983). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através

Machado, M. N. da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica

da ação. In C. R. Brandão, *Pesquisa participante* (3ª ed., pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense.

Jaques, E. (1952). *The changing culture of a factory*. (2. imp.). Londres: Tavistock Publications LTD.

Jaques, E. (1955). Social systems as defense against persecutory and depressive anxiety. In M. Klein, P. Heimann & R. Money-Kyrle (Eds.), *New directions in psycho-analysis* (pp. 478-498). Londres: Tavistock Publications.

Lévy, A. (1991). *Clinique et sciences humaines*. Mimeo.

Lévy, A. (2001a). A psicossociologia: crise ou renovação? In M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia. Análise social e intervenção* (2ª ed., pp. 109-120). Belo Horizonte: Autêntica.

Lewin, K. (1948a). Action research and minority problems. In G. W. Lewin (Ed.), *Resolving social conflicts. Selected papers on group dynamics* (pp. 201-216). New York: Harper & Brothers Publishers.

Lewin, K. (1948b). Experiments in social space. In G. W. Lewin (Ed.), *Resolving social conflicts. Selected papers on group dynamics* (pp. 71-83). New York: Harper & Brothers Publishers.

Lewin, K. (1958). Group decision and social change. In E. E. Maccoby, T. M. Newcomb & E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (3ª ed., pp. 197-211). New York: Henry Holt and Company.

Machado, M. N. M. (2004a). *Práticas psicossociais. Pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Machado, M. N. M. (2004b). A pesquisa-intervenção psicossocial. In M. N. M. Machado, *Práticas psicossociais. Pesquisando e intervindo* (pp. 13-34). Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Machado, M. N. M. (2004c). Intervenção psicossociológica. In M. N. M. Machado, *Práticas psicossociais. Pesquisando e intervindo* (pp. 49-91). Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Machado, M. N. M. (2002). Pesquisa e intervenção psicossocial. *Vertentes*, 19, 7-21.

Machado, M. N. M., Castro, E. M., Araújo, J. N. G. & Roedel, S. (Orgs.). (1994). *Psicossociologia. Análise social e intervenção*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Machado, M. N. M., Castro, E. M., Araújo, J. N. G. & Roedel, S. (Orgs.). (2001). *Psicossociologia. Análise social e intervenção* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica. Disponível em <http://www.autenticaeditora.com.br/autentica/276>

Nascimento, M. L. do (2001). História do trabalho comunitário em psicologia. In: A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-psyché hoje. Fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 41-48). Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj.

Pagès, M. (1968). *La vie affective des groupes. Esquisse d'une théorie de la relation humaine*. Paris: Dunod.

Peneff, J. (1990). *La méthode biographique*. Paris: Armand Colin.

Stengers, I. (1983). Des tortues jusqu'en bas. In P. Dumouchel & J.-P. Dupuy (Orgs.), *L'auto-organisation. De la physique au politique* (pp. 37-51, Colloque de Cerisy). Paris: Seuil.

Stengers, I. (1990). *Quem tem medo da ciência? Ciência e poderes*. (E. A. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Siciliano. (Obra original publicada em 1989).

Categoria de contribuição: Intervenção  
Recebido: 7/02/2011  
Aceito: 21/02/11